

Cerca de R\$ 500 milhões deixaram de ser aplicados em obras e compras de equipamentos pelo Governo Federal na área da saúde durante o primeiro quadrimestre deste ano. Para o Conselho Federal de Medicina (CFM), a má qualidade da gestão financeira no setor tem postergado melhorias essenciais nas sobrecarregadas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Fatores como o atraso na aprovação do Orçamento Geral da União para 2015 e o ajuste fiscal imposto pela área econômica também contribuíram para a desaceleração nos investimentos.

Segundo o presidente do CFM, Carlos Vital, mais uma vez o Governo brasileiro demonstra em números o desrespeito à saúde da população. “O CFM tem defendido, incansavelmente, que o cidadão merece respostas pragmáticas e que mudem estruturalmente o SUS. São indispensáveis ações concretas e resolutivas, dentre elas a garantia de financiamento adequado, boa gestão dos investimentos previstos e implementação de uma política de recursos humanos que valorize os profissionais que atuam na ponta. Enquanto esses requisitos não forem consolidados, a imensa maioria dos brasileiros dependentes da rede pública continuará morrendo de causas evitáveis”, lamentou.

Especialista – De acordo com a análise do CFM sobre os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), enquanto nos primeiros quatro meses do ano passado, o Ministério da Saúde investiu R\$ 1,4 bilhão, no mesmo período desse ano apenas R\$ 865,7 milhões foram gastos com obras e compras de equipamento. A diferença é de R\$ 495,8 bilhões, cerca de 124 milhões por mês ou R\$ 4 milhões por dia, e equivale a decréscimo de 36% em relação a 2014.

Segundo o economista e secretário-executivo da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, a queda dos investimentos pode ser explicada por fatores como o atraso na aprovação do orçamento. “O Congresso Nacional aprovou formalmente o Orçamento de 2015 somente em 17 de março e, um mês depois, foi sancionado pela presidente da República. Além disso, houve o ajuste fiscal que delimitou as despesas discricionárias em 1/18 mensais do orçamento anual previsto no projeto da lei orçamentária, que anteriormente era de 1/12. Só o ajuste reduziu tais desembolsos em até 1,9 bilhão mensal na conta global de todos os órgãos federais”, afirmou.

Investimentos Ministério da Saúde*			
Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO**	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2003	2.709.514.341,05	1.295.381.763,53	-1.414.132.577,52
2004	4.332.862.862,27	2.110.290.937,65	-2.222.571.924,62
2005	4.240.681.574,66	1.570.159.158,73	-2.670.522.415,92
2006	5.339.618.900,48	2.456.656.548,97	-2.882.962.351,51
2007	7.223.220.097,40	2.138.203.984,54	-5.085.016.112,87
2008	5.426.880.902,02	1.706.675.313,09	-3.720.205.588,92
2009	5.768.382.594,19	2.185.108.432,56	-3.583.274.161,62
2010	5.871.107.058,92	2.916.826.593,42	-2.954.280.465,50
2011	6.793.272.759,49	2.810.332.616,49	-3.982.940.142,99
2012	13.531.293.319,92	3.900.868.647,45	-9.630.424.672,47
2013	9.855.798.386,67	4.085.709.634,69	-5.770.088.751,97
2014	9.444.750.766,00	4.310.360.484,94	-5.134.390.281,06
TOTAL	80.537.383.563,05	31.486.574.116,06	-49.050.809.446,99

Fonte: SIAFI / Elaboração: CFM.

* Valores atualizados pelo IGP-DI, da FGV. ** Inclui os restos a pagar pagos

Dos R\$ 80,5 bilhões autorizados, mais de R\$ 49 bilhões deixaram de ser aplicados

Inexecução – De acordo com a Lei Orçamentária Anual para 2015, sancionada em abril, o orçamento aprovado para o Ministério da Saúde é de R\$ 121 bilhões. Embora seja o maior valor já previsto para a pasta, historicamente pelo menos 10% do orçamento do ministério deixa de ser executado todos os anos. É o que mostrou o CFM ao analisar os valores aprovados e efetivamente pagos entre 2003 e 2014. Dos R\$ 80,5 bilhões autorizados neste período, mais de R\$ 49 bilhões deixaram de ser aplicados (confira o quadro ao lado).

Em maio, um novo decreto (8.456/15) presidencial definiu limites para os gastos não-obrigatórios do governo, também chamados de discricionários, nos quais estão inseridos investimentos, emendas parlamentares e transferências para programas sociais. No Ministério da Saúde, o corte chegou a R\$ 11,8 bilhões. Trata-se do segundo maior bloqueio na Esplanada: menor apenas que os R\$ 17,23 bilhões retirados das Cidades e pouco à frente dos R\$ 9,42 bilhões perdidos pela Educação.

Fonte: [CFM](#), em 02.06.2015.